

O fim do clientelismo

O que começou errado só podia acabar num erro ainda maior. Em vários pronunciamentos, deputados que participam da CPI do Orçamento têm lembrado que a rubrica de subvenções sociais — que vem fazendo a festa, há anos, de parlamentares inescrupulosos — foi uma espécie de gorjeta, dada ao Congresso Nacional, pelo governo militar, já que o Parlamento não podia, então, emendar o Orçamento. Era algo como um ressarcimento pelo fato de o Congresso Nacional estar impedido de participar de um ato muito importante na vida de um país, a elaboração de seu Orçamento. Aproveitaram-se disso, desde aquele tempo, os chamados clientelistas, fisiológicos, políticos em geral de nenhuma expressão mas que sempre renovam seus mandatos pela concessão de favores, mesmo que tais favores sejam feitos com dinheiro da Nação.

A CPI avança e no seu avanço percebe-se que o rombo foi bem maior do que o previsto inicialmente. Há quem acredite que bem mais de 50% dos valores das subvenções sociais possam ter acabado no bolso dos espertalhões. E as subvenções chegavam a centenas de milhões de dólares, por ano. Pelo que se tem visto até agora, foi um verdadeiro assalto aos cofres públicos. As listas de beneficiados que vêm sendo divulgadas espantam pelos valores, quando colocados em dólar, e pela insignificância das entidades beneficiadas. Quando elas existem, é claro, porque boa parte pode ser fantasma.

Diante do quadro que se delineia, já está na hora de se criar uma CPI específica para as subvenções sociais, comissão que deveria investigar todas as doações feitas nos últimos cinco anos. É preciso analisar caso a caso — mesmo sendo milhares de doações

—, porque o Congresso Nacional deve punir todos os parlamentares implicados, não só os que comandavam as irregularidades. Nesta outra devassa, chegando, enfim, às entidades fantasmas, ou apenas de fachada, certamente outros culpados serão encontrados. Os valores que estão em jogo não são pequenos nem em termos brasileiros nem em termos mundiais. No ano passado, por exemplo, 28 entidades receberam mais de US\$ 100 mil. É bem provável que em anos anteriores os valores possam ter sido maiores.

Esta CPI vem assumindo um papel que poderá, ao cabo, mostrar-se ainda mais importante do que o da CPI que investigou as ligações de PC Farias com Fernando Collor de Mello. Isso porque está mostrando, entre outras coisas, que os brasileiros não suportam mais conviver com a corrupção e com a impunidade, de um lado, e com a morosidade da Justiça, de outro. Mais de um ano depois de concluída a CPI do PC, não há ninguém atrás das grades.

Os brasileiros não querem apenas que os que saquearam recursos públicos sejam julgados e condenados. Querem que sejam presos. Mas desejam também que deles sejam tirados os bens que amealharam com esses recursos obtidos de forma desonesta. Se não forem efetivamente presos e não entregarem o que desviaram, não terá sido feita justiça. Cumpridas as tarefas do Legislativo, nesta CPI, os brasileiros aguardam a atuação do Judiciário. Não há dúvida de que os olhos da Nação voltam-se com cada vez maior interesse para a Justiça, de onde esperam uma resposta à altura da indignação nacional.